

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL DA ARGENTINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

CONSIDERACIONES SOBRE LA FORMACIÓN DEL ESTADO-NACIÓN DE ARGENTINA EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIX

Recebido em: 09/09/2024

Aceito em: 30/11/2025

Publicado: 29/01/2026

Giovana Eloá Mantovani Mulza¹ 
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Na história da América Latina do século XIX, o processo de formação dos Estados-Nação compreendeu as agendas políticas das diversas nações oriundas do domínio colonial. Historiadores recentes – como Carlos Altamirano (2023) – consideram que a formação das instituições e das identidades nacionais dos países latino-americanos consistiu no resultado de uma “invenção” propositalmente orientada pelos interesses das elites criollas que assumiram o poder. Na Argentina, a invenção do Estado-Nacional foi promovida principalmente na segunda metade do século XIX, quando sucessivas guerras civis inauguraram um período de esforços para a criação de instituições centralizadoras e de elementos de coesão cultural. Os conflitos desencadeados com os povos indígenas nas fronteiras meridionais seriam reflexos de tais processos. Este trabalho objetiva abordar a construção do Estado-Nacional argentino à luz dos processos que caracterizaram a invenção das nações latino-americanas do século XIX, cujo estudo nos permitirá compreender com maior clareza diversos elementos que ainda permeiam a história daquele país. Para tanto, optou-se pelo método de uma revisão bibliográfica. Esse trabalho demonstrará como a construção das instituições e das identidades dos Estados-Nacionais da América Latina do século XIX compreendeu um processo voltado aos interesses das elites criollas que excluiu diversas camadas da sociedade oitocentista – como os povos indígenas.

Palavras-chave: História da América Latina; Formação da Nação; Argentina; Século XIX; Povos Indígenas.

Resumen: En la historia de América Latina en el siglo XIX, el proceso de formación de Estados-nación comprendió las agendas políticas de las diferentes naciones que surgieron del dominio colonial. Historiadores recientes –como Carlos Altamirano (2023)– consideran que la formación de instituciones e identidades nacionales en los países latinoamericanos consistió en el resultado de una “invención” intencionalmente guiada por los intereses de las élites criollas que asumieron el poder. En Argentina, la invención del Estado Nacional se impulsó principalmente en la segunda mitad del siglo XIX, cuando sucesivas guerras civiles inauguraron un período de esfuerzos por crear instituciones centralizadoras y elementos de cohesión cultural. Los conflictos desatados con los pueblos indígenas en las fronteras del sur serían reflejo de tales procesos. Este trabajo pretende abordar la construcción del Estado Nacional argentino a la luz de los procesos que caracterizaron la invención de las naciones latinoamericanas en el siglo XIX, cuyo estudio permitirá comprender con mayor claridad varios elementos que aún permean la historia del ese país. Para ello se optó por el método de revisión bibliográfica. Este trabajo demostrará cómo la construcción de las instituciones e identidades de los Estados-nación de América Latina en el siglo XIX comprendió un proceso centrado en los intereses de las élites criollas que excluyó a varios estratos de la sociedad del siglo XIX, como los pueblos indígenas.

Palabras-chaves: Historia de América Latina; Formación de la Nación; Argentina; Siglo XIX; Pueblos Indígenas.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gio_mantovani@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho reúne um recorte de nossa pesquisa de Doutorado em andamento, a qual se dedica ao estudo da História da América Latina do século XIX. Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do processo de formação das bases institucionais e identitárias do Estado-Nacional argentino na segunda metade dos oitocentos, retomando-se importantes questões da história política argentina. Serão abordados conceitos teóricos sobre a construção das nações hispano-americanas e as expressões desse processo no cenário argentino. Embora o tema do *Estado* tenha sido alvo de críticas da historiografia econômico-social da *École des Annales*, considera-se que estas observações possuem grande valia para um estudo pormenorizado da construção das instituições e da identidade da Argentina no rol da História da América Latina independente.

A formação dos Estados-Nacionais da Hispano-américa no século XIX partiu da definição de cartas constitucionais políticas, da convocação de membros congressistas, da instauração dos códigos jurídico, penal e civil, da fixação de legislações econômicas, de redefinições nas relações Estado-Igreja, de formações partidárias, da criação de entidades militares e da idealização de nacionalidades. A negação da herança colonial e a possibilidade de moldar instituições republicanas e liberais que atendessem aos interesses locais demonstra o desejo das elites criollas em moldar as bases políticas e culturais favoráveis às suas ambições. Ao mesmo tempo em que as estruturas institucionais eram estabelecidas, os Estados-Nacionais da Hispano-américa buscavam modelar ideais de nacionalidade condizentes com os preceitos da civilização ocidental (Starobinski, 2001), alijando diversos grupos do poder. Na Argentina, esse processo não foi linear e seu estudo merece uma atenção detalhada. Ali, a formação política e cultural do Estado acompanhou os interesses das elites criollas, caracterizando-se pela exclusão de diversos grupos do poder formal – sobretudo *gaúchos* e indígenas. Com base nessas premissas, analisaremos os aspectos que marcaram a construção daquele Estado-Nacional, apontando seus principais elementos à luz da Nova História Política.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o processo de formação e de construção das bases políticas e culturais da nação argentina à luz da Nova História Política. A fim de lograr os objetivos propostos, empregar-se-á o método de revisão bibliográfica, o qual amparou-se nas considerações metodológicas de José D'Assunção Barros (2011). Segundo Barros (2011), tal procedimento consiste em uma etapa fundamental para a realização de um estudo científico, tendo em vista que adentra no Estado da Arte e permite a análise dos matizes

de determinado tema. Embora não optemos por um estudo pormenorizado das fontes primárias, determinados documentos históricos também serão abordados ao longo do trabalho.

A FORMAÇÃO DA NAÇÃO ARGENTINA

Considerar a formação institucional e identitária do Estado-Nacional argentino enquanto o resultado de uma paulatina *construção* implica consentir com uma consolidada bibliografia inserida nos ditames da Nova História Política que discorda da noção de uma imanência natural das estruturas estatais². Jeane Delaney (2008), Oscar Oszlak (1982), Nicolas Shumway (2008) e Jorge Myers (2008) são exemplos de historiadores que corroboraram a ideia de uma invenção político-cultural idealizada por uma elite governante que agregou seus interesses nos modelos de *Estado* e de *cidadania* que esperavam implantar na Argentina ao longo do século XIX. Esse processo foi pensado por um conjunto de letrados – frequentemente imersos na trama política – cujos trabalhos orientaram as condutas dos grupos que assumiram o poder na segunda metade do século XIX, influenciando as resoluções destinadas a esboçar o Estado-Nacional em termos constitucionais e subjetivos (Halperin Donghi, 1982). Esses eruditos foram responsáveis por idealizar a configuração da identidade político-cultural argentina e acabariam por discutir o destino dos povos indígenas naquela nova configuração republicana.

O exame da construção institucional da Argentina não significa o estudo da justaposição de elementos harmônicos, mas a verificação das dicotomias e desafios que o processo encontrou em seu desenvolvimento histórico. Para Oscar Oszlak (1982), o fenômeno supunha a formação de uma instância política que organizasse o poder e que fosse exercida através de um conjunto interdependente de instituições. Na prática, a redefinição de um marco institucional envolveria uma série de disputas que marcariam a Argentina oitocentista, sobretudo nos anos situados entre a *Revolución de Mayo* (1810) e a Batalha de Pavón (1861). O antagonismo entre *federalistas* e *unitários* seria expressão dessa discordância acerca das bases sob as quais a Argentina deveria ser politicamente organizada, cujos conflitos armados marcaram as 5 décadas iniciais do regime republicano.

² Diversas pesquisas promovidas a partir da década de 1980 – inseridas na maré de renovação historiográfica que a Nova História Política proporcionou – buscaram demonstrar que os Estados-Nacionais da América Hispânica não foram automaticamente gerados após a emancipação. A historiografia atual chegou ao consenso de que as nações que atualmente existem na América Latina foram resultado de um processo de *invenção* que se inaugurou no alvorecer do século XIX com as guerras de independência. Esses novos estudos contrariam a tradicional historiografia que prevaleceu até a década de 1970 que considerava o surgimento daqueles Estados-Nacionais como uma consequência imediata da emancipação sobre o domínio colonial espanhol. Trata-se, mais uma vez, de considerar a formação daquelas instituições e identidades como um processo racionalmente orientado para atender objetivos específicos.

Sob aspectos gerais, o período que se estendeu entre a emancipação política da Argentina – processo inaugurado com a *Revolución de Mayo* em 1810 – e a unificação das províncias sob a hegemonia de Buenos Aires – condição instaurada após a Batalha de Pavón e a vitória das tropas bonaerenses em 1861 – compreende um intervalo de lutas e disputas entre as elites políticas e militares provinciais que emergiram do fim do regime colonial. Em síntese, as disputas entre as províncias – materializadas nos conflitos entre *federalistas* e *unitários* – estavam orientadas para a definição do manejo das rendas e aduanas do porto de Buenos Aires. Alguns historiadores tratam esse período como uma disputa de *caudilhos* – nome dado aos governadores das províncias e aos grandes latifundiários. Os caudilhos federalistas defendiam a descentralização da Argentina a fim de fornecer autonomia para as províncias. Os unitários, por sua vez, mobilizavam-se pela centralização do poder na província de Buenos Aires. As dicotomias entre tais grupos expressaram-se sobretudo no âmbito militar, a partir do qual ocorreram diversos confrontos onde emergiriam grandes figuras políticas. Desses conflitos, o general Juan Manuel de Rosas (1793-1877) recebeu prestígio entre os grupos federalistas e, após sua vitória nas eleições para governador da província de Buenos Aires em 1829, instaurou uma ditadura que enfrentaria ferrenha oposição nos âmbitos políticos e intelectuais. Um exemplo foi a união de alguns pensadores para a fundação da *Generación del 37*, que se dedicou a idealizar uma nação contrária aos ditames de Rosas.

Em 1852, o ditador foi derrotado por Justo José de Urquiza (1801-1870) – general da província de Entre Ríos – na denominada *Batalha de Caseros*. A deposição de Rosas gerou uma lacuna no governo e inaugurou um intervalo de discordâncias em torno da redefinição do status da província de Buenos Aires, as quais resultaram na criação de dois Estados distintos: a Confederação Argentina – centralizada em Urquiza e representante dos interesses das províncias do interior – e Buenos Aires – comandada por Bartolomé Mitre (1821-1906). Em meio ao conflito, foi redigida a *Constitución de 1853*, a qual foi a base constitucional da Argentina ao longo de todo o século XIX – passando por algumas revisões, evidentemente. A guerra civil somente foi concluída com a vitória bonaerense sobre as forças de Urquiza na chamada *Batalha de Pavón*, em 1861. As discussões acerca do status da cidade de Buenos Aires, contudo, somente seriam concluídas na década de 1880, com sua federalização (Lenz, 2012). A maioria dos historiadores da Nova História Política concorda sobre a necessidade da unificação das províncias em 1861 para que se instaurasse um clima de estabilidade suficientemente capaz de permitir a formação institucional e simbólica do Estado-Nacional da Argentina. Seria sob esse objetivo que se assentaram os esforços dos presidentes que

assumiriam o poder na segunda metade do século XIX (Oszlak, 1982; Shumway, 2008; Monteiro, 2020).

Durante esse período, a existência do Estado-Nacional argentino correspondia a uma mera formalidade constitucional (Oszlak, 1982). Foi necessário o triunfo bonaerense na Batalha de Pavón para que se iniciasse a definitiva organização institucional daquela entidade estatal.

Sobre as cinzas de Pavón se fez uma nova tentativa a partir do apoio das instituições e recursos de Buenos Aires e da subordinação econômica e política das províncias interiores. [...] A falta de acordo sobre uma fórmula política que assegurasse o controle da renovação de autoridades se manifestou então na persistência da luta entre facções e no recorrente surgimento de forças contestatórias. Embora estas circunstâncias frequentemente pusessem a prova sua viabilidade, o estado nacional pôde consolidar sua presença institucional através de diversos mecanismos de penetração na sociedade que, enquanto aumentavam sua legitimidade e poder, cuidavam da instituição de uma nova ordem. [...] A “união nacional” se construiu sobre a desunião e o enfrentamento de povos e bandeiras políticas. A unidade nacional foi sempre o preço da derrota de uns e da congregação de privilégios de outros. E o estado nacional, símbolo institucional dessa unidade, representou o meio de padronizar a dominação imposta pelas armas (Oszlak, 1982, p. 547-548; tradução nossa).

Na Argentina, a centralização do marco institucional após 1861 envolveu a transferência das funções anteriormente exercidas pelas províncias para o Estado central. A convergência das atribuições provincianas realocou um conjunto de componentes do funcionamento social para a nova esfera estatal, permitindo-lhe formar o exército nacional, unificar o sistema de impostos, estabelecer um sistema educacional de maior abrangência, padronizar a construção de ferrovias e de telégrafos, controlar registros de matrimônios e nascimentos, regular o sistema de correios, promover uma política de imigração, estabelecer a delimitação e o destino das terras públicas, uniformizar o sistema legislativo³ e registrar o comércio (Oszlak, 1982; Gorostegui de Torres, 1992). O conjunto de presidentes argentinos eleitos a partir da Batalha de Pavón teve como objetivo estabelecer um novo marco de organização que maximizasse a centralização do poder e evitasse a fragmentação política. Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), Nicolás R. Avellaneda (1874-1880), Julio Argentino Roca (1880-1886) e Miguel J. Celman (1886-1890): suas agendas foram marcadas pelo projeto de moldar institucionalmente as bases políticas do Estado-Nacional argentino. Por trás delas, estava a

³ Foi somente a partir de 1862 que o Estado-Nacional argentino completou o sistema tripartite do poder ao criar o *poder judiciário*, o qual esteve representado na fundação da Justiça Federal. Segundo Haydeé Gorostegui de Torres (1992), a instalação dos três poderes completaria a estrutura política que conduziria aquele Estado a partir de então. Foi também após 1862 que o código civil e o código do comércio foram aprovados, assim como ocorreu a modernização da legislação privada e penal. A fundação desses mecanismos jurídicos inaugurou a garantia, de modo sistemático, dos direitos e liberdades dos cidadãos argentinos enunciados na carta constitucional de 1853.

Constitución de 1853, influenciada pelo liberalismo que era aspergido sobre a maioria das nações Hispano-americanas do século XIX.

A eleição de Bartolomé Mitre em 1862 inaugurou o período de avanço do Estado central sobre os governos provinciais na tentativa de suprimir a fragmentação política. A remodelagem do poder, no entanto, não compreendeu um processo linear e isento de antagonismos. O governo de Mitre enfrentou uma série de resistências aos mecanismos institucionais criados para unificar os interesses regionais, as quais foram neutralizadas a partir de acordos e da força coercitiva.

Além das políticas de negociação, os interesses agroexportadores dos latifundiários provinciais foram essenciais para a superação das discordâncias e a formação de um Estado unificado atento às demandas comerciais. É relevante pontuar que o governo de Mitre coincidiu com o contexto de inserção das economias hispano-americanas no mercado capitalista mundial – fenômeno que as converteu em significativas fornecedoras de produtos primários (Nercesian; Rostica, 2014). As vantagens da unificação do sistema bancário e monetário, da padronização das taxas aduaneiras e da regulação de empréstimos haveriam sido suficientemente atraentes para motivar os acordos políticos. Alexandre Freitas (2017) e Raúl J. Mandrini (2008) demonstraram o papel dos estímulos econômicos na catalisação da unificação do poder e na construção de um discurso de legitimação do Estado centralizado. Como resultado, a presidência de Mitre:

[...] procurou organizar o país, fundando escolas, redigindo códigos e leis, aperfeiçoando o sistema bancário e monetário, determinando políticas de imigração e construindo portos, linhas telegráficas e ferrovias. Em todas essas atividades provou ser um servidor público incansável, a tal ponto que sem Mitre a Argentina moderna poderia não existir (Shumway, 2008, p. 275).

As pautas dessa agenda institucional, por sua vez, persistiram no decurso do governo de Domingo Faustino Sarmiento. No quadro das instituições centralizadoras, Sarmiento destacou-se no âmbito educacional, promovendo grandes incentivos na construção de escolas, no ensino das ciências e na expansão da abrangência da educação. Uma parcela expressiva da sua carreira pública foi percorrida no campo educacional: Sarmiento ocuparia a direção do conselho escolar da província de Buenos Aires (1855-1858) e a presidência do Conselho Nacional de Educação (a partir de 1880) – órgão supremo do sistema público federal (Myers, 2008). A atenção dada à expansão das instituições educacionais esteve em consonância com uma política de imigração que alcançou seu ápice após a década de 1870: estima-se que 6 milhões de imigrantes tenham chegado na nação entre 1870 e 1914 (Lenz, 2012). A vinda de imigrantes europeus através do

incentivo do Estado estava vinculada ao ideal de Juan Bautista Alberdi – *governar é povoar* – e ao projeto de moldar uma sociedade de ascendência civilizada capaz de garantir um futuro de progresso à nação nos moldes da trajetória europeia. Jorge Myers (2008) considera a política imigratória de Sarmiento como uma tentativa de fundar a sociedade argentina sob um *caldeirão cultural*, tendo a educação como uma ferramenta para aglutinar a heterogeneidade nos moldes do arquétipo do *cidadão argentino liberal*. O ensino, portanto, apresentava-se como um mecanismo unificador destinado a homogeneizar aquela crescente diversidade.

Por trás do incentivo à educação e à imigração, a ideia de Sarmiento estava em combater a *barbárie* autóctone do interior argentino e construir uma identidade nacional. Em seu governo, é possível observar sua busca pela *ordem* e pela manutenção dos mecanismos institucionais de matriz unificadora: na tentativa de garantir tais elementos, Sarmiento criou uma hierarquização no exército e estabeleceu a pena de morte. Também defendeu a aplicação da carta constitucional em todos os campos e aspectos – mesmo que precisasse intervir militarmente nas províncias⁴. É interessante notar que as ameaças para a ordem centralizada não estavam presentes somente nas políticas de intervenção e tutela do Estado, mas também foram discutidas e enumeradas por uma vasta produção redigida pelos partícipes da *Generación del 37*. Tratavam-se dos caudilhos – representados pelo próprio Sarmiento na obra *Facundo* (1845) como expressões da “barbárie” – dos gaúchos – abordados por Esteban Echeverría em *El Matadero* (1838) como uma “massa incivilizada” – e dos indígenas – tema recorrente entre os escritos argentinos do século XIX. Na percepção de Sarmiento, o binômio *civilização-barbárie* poderia ser suprimido pela ação conjunta das políticas imigratória e educacional, noção que foi defendida em sua vasta produção escrita e que se expressou nas decisões adotadas durante seu mandato.

Durante a presidência de Nicolás Avellaneda, pode-se destacar a defesa pelo *progreso*. Instalado em 1874, seu governo inaugurou a *Belle Époque* – período de expressivo crescimento experienciado pela economia argentina que se estenderia até o decênio de 1920 (Lenz, 2012). A expansão do sistema agroexportador – fundado no comércio de grãos, carnes e peles – e dos investimentos estrangeiros – principalmente ingleses – foi resultado da paulatina integração da Argentina na economia mundial idealizada pelos grupos latifundiários agregados ao projeto de centralização do poder após 1861. A cidade de Buenos Aires foi significativamente impactada pelo desenvolvimento econômico, sobretudo em função da maximização das rendas aduaneiras

⁴ Um caso emblemático da defesa incondicional da *ordem* por Sarmiento foi sua intervenção na província de Entre Ríos, a qual era governada por Urquiza. Devido ao descumprimento dos princípios constitucionais, Urquiza foi assassinado (Gorostegui de Torres, 1992).

e da modernização arquitetônica oriunda dos investimentos⁵. O estilo parisiense e cosmopolita que assume lhe garantiu o título de *metrópole dos pampas*, sendo considerada a cidade hispano-americana mais moderna. Em 1880, verificou-se a federalização da cidade de Buenos Aires, evento que foi significativo no processo de formação institucional da Argentina (Marcaida; Scaltritti, 2013). Convertida em capital federal, a cidade passou a representar a união das províncias sob um governo central, condição que era acrescida à sua importância financeira e econômica. A ideia de *progreso* de Avellaneda, assim, esteve diretamente atrelada ao crescimento econômico que a nação percorria naquele contexto.

Finalmente, as presidências de Julio Argentino Roca e seu sucessor Miguel J. Celman – concunhado de Roca e muito influenciado pelas propostas daquele governo – merecem destaque na medida em que colaboraram para um fortalecimento da autoridade estatal e das instituições centralizadoras. Uma das expressões dessa maximização da centralização foi a redefinição dos limites entre o poder político e a Igreja Católica – cujas relações no território argentino haviam se iniciado no período colonial. Sobre esse tema, Juan Cruz Esquivel (2000) lembrou que foi no governo de Roca que foram aprovadas a *Lei de Registro Civil* (1881) e a Lei nº 1420 (1884), que estipulava a exclusão do ensino religioso nas escolas públicas e estabelecia uma educação laica fundada nas regulações do Estado-Nacional. A tendência se reproduziu na presidência de seu sucessor, quando se aprovou o Matrimônio Civil em 1888, acarretando a desvalorização do Matrimônio Religioso. A secularização de domínios tradicionalmente vinculados a instituições religiosas pode ser observada como expressão da continuidade do projeto de centralização do poder que os governantes pós-1861 assumiriam em sua agenda política. Assim, a longevidade da proposta de formação institucional do Estado-Nacional argentino ganha visibilidade quando nos debruçamos sobre cada governo que se seguiu à Batalha de Pavón e observamos a presença desse “fio condutor” que percorreu as décadas de 1860 a 1890.

Roca e Celman inauguraram o movimento da *Generación del 80*, o qual marcou a elite governante argentina entre 1880 e 1916, caracterizando-se pela bandeira da modernização e do desenvolvimento. A partir do decênio de 1880, o cenário político da nação esteve marcado por decisões economicamente liberais e socialmente conservadoras, bem como pela ampla difusão

⁵ À guisa de complemento, é importante mencionar que o crescimento dos investimentos impactou outras cidades – como Córdoba e Rosário – que também verificariam o melhoramento dos espaços públicos e o desenvolvimento de sua infraestrutura. Maria Heloisa Lenz (2012) estima que, em 1869, a taxa de urbanização da Argentina era de aproximadamente 30,4 %. Muitas cidades que integravam tal taxa seriam impactadas pelo crescimento econômico verificado no governo de Avellaneda. É preciso lembrar que a população argentina encontrava-se em expressivo crescimento graças às políticas imigratórias maximizadas na década de 1870, o que demandava de uma reestruturação dos espaços urbanos a fim de comportar o conseqüente crescimento das cidades.

do princípio positivista de que a ordem social era necessária para sustentar o progresso. Esses presidentes se inserem em um movimento hemisférico que teve abrangência em diversos países hispano-americanos: tratava-se de uma *guinada conservadora* oriunda da Grande Depressão de 1880/90 – que se expressou na Colômbia, por exemplo, com o período de La Regeneración. Uma das consequências dessa nova postura estatal mais incisiva na Argentina foi a finalização desse processo de construção das instituições centralizadoras na década de 1880 (Marcaida; Scaltritti, 2013). A partir de então, as instituições e organismos necessários para garantir a existência e a atuação do Estado-Nacional já haviam sido implementados. Restaria aos futuros presidentes manusear tais mecanismos para gerir a nação e lidar com as intempéries internas e externas que acabariam lhe retirando o título de país hispano-americano mais desenvolvido no alvorecer do novecentos.

Entre 1860 e 1890, em síntese, os esforços dos *construtores da nação* estavam em evitar a fragmentação política e em potencializar progressivamente a centralização do poder, a fim de que a ordem e o progresso pudessem conduzir a sociedade argentina. É importante mencionar, no entanto, que os governantes sabiam que somente a concentração das funções provinciais e a aplicação da força coercitiva não seriam capazes de manter a unidade da nova estrutura estatal. Eles reconheciam que também era relevante promover uma articulação ideológica para reforçar os vínculos de nacionalidade através da criação e difusão de valores, conhecimentos e símbolos. Tratava-se, assim, da necessidade de inventar uma identidade nacional argentina. A construção identitária, para Jorge Myers (2008), consistiu em um processo que esteve em consonância com a conformação político-institucional. Desde a emancipação colonial, os letrados argentinos dedicaram-se a descobrir sua própria identidade, enfrentando paradoxos e encontrando distintas respostas ao longo do oitocentos. Sobre o tema, o referido autor considera:

“O que é a América?” Domingo Faustino Sarmiento perguntou perto de morrer. Essa pergunta, proferida por Sarmiento numa ocasião em que as mudanças políticas e sociais que ocorriam na Argentina bem diante de seus olhos o levaram a adotar um tom melancólico, até mesmo desalentado, em seus escritos, perpassa furiosa todas as obras da Geração de 1837, e de antes também. Desde a Independência, os argentinos vinham lutando com a complexa questão da sua própria identidade, só para descobrir que, à medida que procuravam defini-la em contraste com o legado do passado colonial e do país colonizador, a Espanha, ela somente parecia tornar-se cada vez mais obscurecida por paradoxos e contradições (Myers, 2008, p. 179).

Durante a primeira metade do século XIX, um conjunto de fatores políticos e culturais – oriundos dos conflitos internos – dificultou a formação de uma identidade nacional argentina. Entre os elementos políticos, pode-se enumerar o fracasso da construção estatal e a presença de

fortes identidades provinciais. Em termos culturais, a indefinição da identidade se dava por 3 aspectos: o tradicional contraste cidade-campo, a existência de culturas regionais específicas – como a urbana, a provincial, a *gaucha* e a indígena – e o baixo povoamento do território⁶. Nas sucessivas batalhas para organizar os conceitos da identidade nacional argentina, emergiam os debates da *Generación del 37* obstinados a encontrar caminhos coerentes para a resolução dessa questão. A nação almejada pelos pensadores daquele movimento exigia a emancipação da *jaula española* herdada do passado colonial e a síntese de elementos exógenos e internos que dessem singularidade aos *ciudadãos* argentinos. O objetivo era de cultivar o sentimento de pertencimento à nação e de legitimidade da autoridade estatal. Tratava-se de investigar o que era nacional e de conciliar as dicotomias internas que tradicionalmente perpetuavam a indefinição identitária:

Por isso, a missão da Nova Geração era dupla. Primeiro, ela devia investigar aqueles elementos preexistentes na cultura do Rio da Prata que parecessem mais adequados à tarefa de elaboração de uma identidade nacional argentina única e apropriar-se deles, tarefa esta que deveria ser executada através da intermediação das perspectivas teóricas e metodológicas mais recentes e prestigiosas desenvolvidas no pensamento social e filosófico europeu (não-espanhol). A emancipação cultural da Argentina em relação à Espanha seria atingida desse modo, ou assim acreditavam eles. A segunda parte de sua missão consistia no desenvolvimento de uma ideologia e de uma política de conciliação: no debate constitucional, eles buscavam a síntese em lugar de confrontos sectaristas, e nessa política de uma era posterior a Rosas, eles se propunham salientar a necessidade de consenso acima dos laços de lealdade a partidos (Myers, 2008, p. 187-188).

Na busca pelas particularidades e no repúdio ao legado espanhol, a *Generación del 37* defendia a necessidade de construir valores, símbolos e sentimentos na população. Tendo esses objetivos em pauta, seu projeto perpassava a importação de princípios e de conceitos da Europa – processo mediado pela vinda massiva de imigrantes – e a difusão de uma educação patriótica. No rol das disciplinas escolares, a história exerceria um papel relevante na invenção do *ciudadão* argentino, pois permitia difundir o culto ao panteão nacional. A educação como uma “fábrica de cidadãos” marcou o pensamento político e literário no período pós-1861 em consonância com os marcos teóricos idealizados por aquele movimento letrado. Retomar “aqueles elementos

⁶ Sobre esse tema, Myers (2008) considerou que “[...] em consequência de sua condição de região atrasada durante a maior parte de sua história colonial, o território que mais tarde se tornaria a Argentina foi muito pouco povoado. No momento da Independência, ele dispunha da menor população de qualquer dos novos Estados da América Latina, aproximadamente 400 mil habitantes. Por esse motivo, da década de 1820 em diante, um tema predominante no discurso argentino veio a ser a questão do ‘deserto’.” (MYERS, 2008, p. 183-184). José Alves de Freitas Neto (2008) também abordou a presença desses “vazios” na narrativa literária argentina do século XIX e a forma como esses discursos influenciaram a leitura dos governantes sobre aquele território. O lema de Juan B. Alberdi – *governar é povoar* – consistiu em uma das respostas políticas a essa narrativa do “vazio” e do “deserto” argentino.

preexistentes na cultura do Rio da Prata que parecessem mais adequados à tarefa de elaboração de uma identidade nacional argentina única” (Myers, 2008, p. 187) e difundir os modelos de civilidade e modernidade trazidos da Europa tornavam-se uma atraente combinação para o distanciamento do componente espanhol e para a singularização da Argentina das demais nações hispano-americanas.

Aliando o exógeno – representado pelo movimento imigratório – e o interno – expresso pelo estudo do nacional e pela difusão de uma educação patriótica –, a *Generación del 37* e os políticos pós-1861 idealizava uma Argentina cosmopolita e singular, cuja identidade seria dada pela coesão daquele *caldeirão cultural*⁷ (Myers, 2008). No entanto, no final do século XIX, a viabilidade de uma identidade argentina cosmopolita passou a ser questionada pelos políticos que integraram o movimento da *Generación del 80*. Os argumentos favoráveis a essa definição identitária cosmopolita – que realçavam a originalidade da sociedade argentina e a positividade de um caldeirão que paulatinamente produziria uma cultura e uma língua diferentes daquela da *madre patria* – passaram a ser alvo de contestações tanto no nível da elite quanto do popular. As inquietações foram gestadas pela origem nacional da maré imigratória e pela valorização da homogeneização cultural em detrimento da multiplicidade. O discurso se guiou pela extinção do pluralismo e pela tutela do Estado-Nacional sobre os intercâmbios culturais entre imigrantes e “argentinos nativos”. Para Jorge Myers (2008), a construção identitária passou a ser debatida após 1880 no marco de um nacionalismo conservador que acompanhava a nova postura política do Estado-Nacional argentino: a fusão cultural seria norteadas pelos governantes e objetivaria a formação de uma única identidade nacional. A ideia estava em colocar a Argentina sob a *corrente da modernidade* (Souza, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que essa dupla invenção – institucional e identitária – seria orientada por uma elite política instruída aparecia entre os próprios argentinos oitocentistas, cujas discordâncias tornaram a centralização do poder e a invenção da identidade cultural em um longo processo

⁷ É significativo mencionar que a composição desse *caldeirão cultural* não incluía as etnias indígenas e africanas que povoavam o território argentino, mas referencia-se à imigração de múltiplas nacionalidades europeias. Como veremos futuramente, os conceitos de *raça* e de *enfermidades morais* influenciaram amplamente os debates em torno da formação da identidade nacional em diversos países da Hispano-américa. Para eruditos como Domingo Faustino Sarmiento, Alcides Arguedas ou Francisco García Calderón, a histórica miscigenação de *criollos* com indígenas estava na raiz da degeneração das sociedades hispano-americanas e se apresentava como o pior legado da colonização espanhola. Assim, a ideia de que a vinda de imigrantes de diversas nacionalidades para a Argentina – conformando uma nação cosmopolita – seria a solução para renovar a sociedade e apagar a presença daqueles que *adoeciam* o país foi deveras difundida pelos adeptos da *Generación del 37*.

que marcou o século XIX. Ao mesmo tempo em que esses debates preenchiam a trama política e cultural, a questão indígena se convertia em um outro tema importante que marcaria a história argentina. Uma vez que o Estado-Nacional promovia sua penetração institucional e identitária no território, a secular presença de comunidades nativas em vastas regiões – como os pampas, a Patagônia e o Chaco – se tornava um problema na medida em que impedia o avanço político-econômico dos *criollos* e dificultava o projeto de integração cultural sob a égide da *civilização*. Afinal, o Estado-Nacional argentino foi construído em prol dos interesses das elites e quaisquer empecilhos para sua autoridade – como a presença indígena – deveriam ser manejados a partir da sua propensão. Lhes era inconcebível a ideia de reconhecer formações étnicas distintas que pudessem ocasionar novas fragmentações territoriais.

Os debates em torno da questão indígena foram registrados por latifundiários, ensaístas e militares, cujas obras influenciaram as decisões políticas orientadas para a construção institucional e identitária da Argentina. Nossa pesquisa de doutorado busca analisar as representações dos povos indígenas em tais fontes a fim de identificar as conexões entre a questão indígena e o processo de construção institucional e identitária da Argentina. Este artigo, por sua vez, restringe-se ao estudo dos principais processos que marcaram a formação estatal dessa estrutura. A temática indígena, por sua vez, possui magnitude e extensão que merecem um trabalho exclusivo.

À guisa de uma conclusão, é oportuno mencionar que a tentativa de formar as bases institucionais e identitárias da Argentina perpassa o século XIX e ganha expressividade após a unificação do país sob a Batalha de Pavón de 1861. É interessante observar que foi necessária a integração das autoridades provinciais em uma estrutura estatal una a fim de que os esforços fossem coerentemente orientados para a construção daquelas bases. Daí a ineficiência da embrionária nação em promover tal construção no contexto das lutas internas que antecederam a segunda metade do século XIX. O conjunto de presidentes que assumiram o Estado-Nacional a partir da década de 1860 – embora guiados por princípios e correntes eruditas distintas – compartilharam a preocupação de unir os habitantes daquele Estado sob instituições fortes e sob um sentimento identitário que evitasse novos episódios de fragmentação.

Sabe-se, por sua vez, que as tentativas de conciliação não foram exclusivas somente ao século XIX, acompanhando a Argentina em sua turbulenta trajetória ao longo do século XX. Na prática, o referido projeto não se mostrou efetivamente alcançado: para promover a almejada homogeneidade unificadora, os grupos alheios ao modelo de Estado desejado foram aliados do poder central e sofreram intensas represálias. Nos últimos dois séculos, indígenas, *gauchos*,

camponeses, estudantes e/ou grevistas seriam alvo da paulatina exclusão promovida pelo Estado argentino que – sob o discurso defensor da *nação* – justificou a imposição de um modelo político e cultural que, em diversas circunstâncias, desconsidera a diversidade. Em 2023, um novo governo excentricamente defensor da unidade argentina aparenta inaugurar uma etapa de violação de direitos e de exclusão do *outro*, reproduzindo um longo processo que remete ao alvorecer da modernidade.

REFERÊNCIAS

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina (1852)**. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017.

BARROS, José D'Assunção. A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – UMA DIMENSÃO FUNDAMENTAL PARA O PLANEJAMENTO DA PESQUISA. **Instrumento**, v. 13, n. 01, 2011.

DELANEY, Jeane. Imaginando *la raza argentina*. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**. A formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ESQUIVEL, Juan Cruz. A Iglesia Católica, política y sociedad: un estudio de las relaciones entre la elite eclesiástica argentina, el Estado y la sociedad en perspectiva histórica. In: **Informe final del concurso: Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales**. Buenos Aires: Programa Regional de Becas CLACSO, 2000.

FREITAS, Alexandre Jerônimo de; CRESPO, Eduardo; GHIBAUDI, Javier. Inserção Periférica da América do Sul no Séc. XIX: os processos de formação dos Estados. **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica**, Niterói, 2017, p. 01-12.

GOROSTEGUI DE TORRES, Haydée. **Historia Argentina**. La organización nacional. Buenos Aires: Paidós, 1992.

HALPERIN DONGHI, Túlio. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Centro editor de America Latina, 1982.

LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do final do século XIX: A metrópole da *Belle Époque* argentina. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 09, ano IX, n. 01, 2012, p. 01-19.

MANDRINI, Raúl J. Hace unos 150 años (ca. 1860). La resistencia de los pueblos originarios frente al surgimiento de los estados nacionales. In: **La Argentina aborigen**. De los primeros pobladores a 1910. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

MARCAIDA, Elena, SCALTRITTI, Mabel. La construcción del Estado nacional argentino (1852-1880). In: SCALTRITTI, Mabel Susana [et.al.]. **Historia Argentina Contemporánea: Pasados presentes de la política, la economía y el conflicto social**. Vicente López: Dialektik Editora, 2013.

MITRE, Bartolomé. **Galeria de celebridades argentinas**. Buenos Aires: Ledoux y Vignal, 1857.

MONTEIRO, Alexandre Borella. Argentina: da guerra civil à ascensão de Mitre (1852-1861). **Estudios Históricos**, año XII, julio 2020, p. 1-21.

MYERS, Jorge. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**. A formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NERCESIAN, Inés; ROSTICA, Julieta C. **Todo lo que necesitas saber sobre América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014.

NETO, José Alves de Freitas. A Formação da Nação e o Vazio na Narrativa Argentina: Ficção e Civilização no Século XIX. **Esboços**, UFSC, v. 15, n. 20, 2008, p. 189-204.

OSZLAK, Oscar. Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina. **Desarrollo Económico**, v. 21 n. 84, jan.-mar. 1982, p. 531-548.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo** (1845). Buenos Aires: La Facultad, 1921.

SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina**. História de uma Ideia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

STAROBINSKI, Jean. A palavra “civilização”. In: **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.